

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: 2525-5908

www.revistafarol.com.br

A história ambiental como forma de estudo/reflexão sobre a Amazônia

Sara Mena Felberg Jacobsen
Maurício Silva de Souza

A história ambiental como forma de estudo/reflexão sobre a Amazônia

Sara Mena Felberg Jacobsen¹
Maurício Silva de Souza²

RESUMO: O presente artigo discute e busca refletir sobre a emergência de se conhecer a História Ambiental e aprender a buscá-la no nosso cotidiano por meio de estudos que evidenciem a importância da relação existente entre o homem e a natureza e a natureza e o homem. A Amazônia brasileira é fonte riquíssima de estudo para várias áreas do conhecimento. É exatamente essa interdisciplinaridade que a História Ambiental se propõe a realizar, ao proporcionar um olhar aguçado sobre a natureza que nos rodeia e da qual tanto dependemos para viver. Para tanto, o trabalho conta com uma revisão bibliográfica, efetuada a partir de grandes nomes de historiadores ambientais como Donald Worster, José Augusto Pádua, Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez e José Augusto Drummond. Reflexões como desenvolvimento sustentável, possibilidades de pesquisa neste campo, interdisciplinaridade e características metodológicas permeiam este trabalho. O estudo teve por objetivo geral contextualizar, de forma introdutória, a História Ambiental como base para estudar uma realidade local. Aproximar a temática Ambiental, dentro da história, e aplicá-la na realidade já posta da Zona da Mata Rondoniense. Com vistas a coletar dados para análise dessa pesquisa, esta contará com dados obtidos em sites oficiais, artigos científicos e livros.

Palavras-chave: História Ambiental; Amazônia; Desenvolvimento.

The environmental history as a form of study/reflection about the Amazon

ABSTRACT: This article discusses and seeks to reflect on the emergence of knowing Environmental History and learning to seek it in our daily life through studies that highlight the importance of the relationship between man and nature and nature and man. The Brazilian Amazon is a rich source of study for several areas of knowledge. It is precisely this interdisciplinarity that Environmental History proposes to accomplish, by providing a sharp look on the nature that surrounds us and on which we depend so much to live. For this, the work has a bibliographical revision, made from great names of environmental historians such as Donald Worster, José Augusto Pádua, Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez and José Augusto Drummond. Reflections such as sustainable development, possibilities for research in this field, interdisciplinarity and methodological characteristics permeate this work. The purpose of the study was to contextualize, in an introductory way, Environmental History as a basis for studying a local reality. Approach the Environmental theme, within the history, and apply it in the reality already put of Zona da Mata Rondoniense. In order to collect data for analysis of this research, it will rely on data obtained from official websites, scientific articles and books.

Keywords: Environmental History. Amazon. Development.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, Campus de Cuiabá. Email: saraberg33@hotmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal de Rondônia – Unir. Campus de Guajará-mirim. Email: mauricio.souza@unir.br

1 INTRODUÇÃO

Na perspectiva de povoar o Norte do país e torná-lo economicamente ativo, os incentivos de colonização dos estados Amazônicos se intensificaram a partir da década de 70 e se concretizaram nas décadas seguintes, com a marcha, principalmente, da população rural dos estados, ditos desenvolvidos, com destaque para sulistas e capixabas. Deste modo, era preciso promover esforços para efetivar a chegada e a permanência dessas famílias.

As terras foram sendo repartidas entre os colonos na medida de sua chegada. O sonho de ter um pedaço de chão tornou-se realidade para muitas pessoas, porém devido à falta de planejamento na distribuição dessas terras, muitas famílias foram assentadas em locais estéreis, onde nada vingava. Isto acontecia com certa frequência, o que explica o grande número de abandonos de terras e o desmatamento vertiginoso incentivado pela União. Isto causou uma espantosa destruição da floresta nativa, que sofreu perdas irreparáveis em seu ecossistema.

Assim, para subsidiar o chamado “desenvolvimento” das regiões colonizadas, a partir de 1998, o governo federal passou a incentivar a construção das Pequenas centrais Hidrelétricas - PCHs, como forma de suprir as necessidades estruturais dos moradores das regiões marginais e com a promessa de promover o desenvolvimento local.

Entretanto, o processo de colonização - quanto à construção das pequenas centrais - tem provocado um efeito contrário para as comunidades locais, afetando seus costumes e tradições e descaracterizando seus ambientes, enxergados como naturais. O objeto de pesquisa centra-se nas Pequenas Centrais Hidrelétricas que estão construídas e espalhadas pelo Estado de Rondônia, de forma geral. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão sobre como a História Ambiental como base teórica para partirmos de um objeto local, na busca de entender os eventuais impactos e mudanças ambientais.

A História Ambiental proporciona um olhar aguçado sobre a natureza que nos rodeia e da qual tanto dependemos para viver. O problema que proponho é o seguinte: É possível estudar este objeto a partir da História Ambiental? Para tanto, o trabalho conta com uma revisão bibliográfica, efetuada a partir de grandes nomes, composto por historiadores ambientais como Donald Worster, José Augusto Pádua, Regina Horta Duarte, Paulo Henrique Martinez e José Augusto Drummond.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: É POSSÍVEL?

A partir do problema proposto, neste estudo, é possível notar um estreitamento com a temática sobre desenvolvimento sustentável. Definir o conceito de desenvolvimento sustentável tem se tornado um desafio, pois, na teoria, já existe muitas definições, mas, na prática, essas definições não passam do papel. O marco inicial dessa discussão foi a Conferência de Estocolmo, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU, em 1972. Regina Horta Duarte, assim diz:

Nesse grande evento, do qual participaram 113 países, inclusive o Brasil, sistematizaram-se vários discursos sobre a necessidade de rever o modelo desenvolvimentista. A “Declaração de Estocolmo” afirmava que a melhoria do meio ambiente era dever de todos os governos. Além disso, considerava como a capacidade do homem de transformar o mundo podia ter consequências desastrosas, caso fosse realizada sem critérios (2005 p.24-25).

Como forma de fomentar a economia e utilizar a vazão e a força dos rios, a união passou a incentivar a construção de PCHs em todo território brasileiro, com a prerrogativa de suprir a demanda de energia diante do crescimento populacional. Se faz necessário, para isso, a implementação de um plano em larga e pequena escala de produção de energia elétrica.

O Brasil, no cenário mundial, é um país privilegiado em quantidade de água doce, detendo 11,6% do total existente. No entanto, todo esse potencial hídrico é mal distribuído (CASTRO, 2007). A espacialidade geográfica brasileira demonstra que as regiões, ditas mais desenvolvidas, Sul, Sudeste e Centro-Oeste são as que possuem menos recursos hídricos. Já a Região Norte é tida como menos desenvolvida, mas em contrapartida possui abundância de recursos hídricos. Isso denota um cenário de grandes disparidades econômicas, sociais e naturais.

Os incentivos oferecidos pela união não colocam em pauta a vontade das comunidades, que serão diretamente, impactadas e envolvidas e as famílias atingidas por esses novos empreendimentos. A construção das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs não exigia, e nem exige, das empreiteiras a realização prévia do estudo de impactos ambientais (EIA):

Esse estudo compreende a avaliação de qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem-estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais (BRASIL, 1986).

Dessa maneira, o foco deste trabalho está voltado para a população rural e também para a população urbana que foi “beneficiada” com a construção dessas PCHs. Não há como negar que esses empreendimentos geram empregos e movimentam a economia local. Porém, os estudos aprofundados nos impactos dessas construções são ínfimos.

“O deslocamento de moradores, a perda de terras produtivas e o abandono dos trabalhadores ao final da fase de construção [...]” (DEAN, 2004, p. 313), tudo isso envolto em um emaranhado de interesses financeiros. Nem o próprio SEDAM (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental), órgão estadual responsável pela liberação das licenças de construção dessas PCHs, sabe mensurar o tamanho do impacto que esse represamento e desvio de fluxo do rio causa à população que vive às margens deste e quais serão os danos aos sistemas florestais e hídricos afetados por esses empreendimentos.

O estudo teve por objetivo geral contextualizar, de forma introdutória, a História Ambiental como base para estudar uma realidade local. Aproximar a temática Ambiental, dentro da história, e aplicá-la na realidade já posta da Zona da Mata Rondoniense³. Com vistas a coletar dados para análise dessa pesquisa, esta contará com dados tabulados obtidos em sites oficiais e artigos científicos.

Uso sustentável de recursos naturais não significa que a sociedade tenha que parar de utilizar certo recurso, mas que o use com responsabilidade, sabendo que, se explorado até seu fim, jamais se reconstituirá. Assim, uma sociedade que utilize a água como um recurso “renovável” em questão de anos a esgotará. Deste modo, o termo sustentável cai por terra porque não restará nada para as gerações futuras. É essa relação de empatia que o homem precisa estabelecer com a natureza e ter consciência que os recursos naturais são sim, finitos.

³ O Estado de Rondônia, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, divide-se em duas mesorregiões: a Mesorregião de Madeira-Guaporé e a mesorregião do Leste Rondoniense. Neste projeto, as observações centram-se de forma mais geral na Mesorregião do Leste Rondoniense, a qual comporta as seguintes microrregiões: Alvorada d'Oeste, Ariquemes, Cacoal, Colorado do Oeste, Ji-Paraná e Vilhena. Nosso foco é a microrregião de Cacoal que está situada na chamada mesorregião do Leste Rondoniense e comporta as seguintes municipalidades: Alta Floresta d'Oeste, Alto Alegre dos Parecis, Cacoal, Castanheiras, Espigão d'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Rolim de Moura e Santa Luzia d'Oeste.

Sabemos que todas as dimensões da nossa economia de recursos naturais estão articuladas. Não podemos mais adiar um conhecimento histórico mais consistente de cada uma dessas dimensões. É minha opinião que a história ambiental pode dar uma contribuição decisiva para entendermos o nosso passado e o nosso presente de país rico em recursos naturais e assolado por dívidas sociais (DRUMONND, 1991, p.195).

A partir do momento em que, como afirma Bertha Becker, o homem passa a mercantilizar a natureza, esta se esgota e “não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias” (BECKER, 2005, p.77). Água não é mercadoria, a floresta também não, assim como a fauna e a flora também não o são.

Elementos da natureza estão se transformando em mercadorias fictícias, usando a expressão de Karl Polanyi, em seu livro *A grande transformação*. Fictícia por quê? Porque elas não foram produzidas para venda no mercado – o ar, a água, a biodiversidade. Mas, no entanto, através desta ficção são gerados mercados reais e isto se deu, como Polanyi mostra muito bem, no início da industrialização, quando terra, dinheiro e trabalho foram transformados em mercadorias fictícias, gerando mercados reais (BECKER, 2005, p.77).

A partir do momento que os recursos naturais, e neste caso específico a água, deixou de ser utilizada para subsistência e se tornou um meio de acumular riquezas, há um aumento e uma realidade sendo moldada para a extinção dos recursos que a natureza oferece e, conseqüentemente, para o fim da humanidade. “Nossa sobrevivência física depende de certas condições ambientais, como ar puro, água limpa, temperatura apropriada, disponibilidade de alimento, equilíbrio satisfatório das condições epidemiológicas” (DUARTE, 2013, p. 10).

3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE A HISTÓRIA AMBIENTAL: POSSIBILIDADES DE PESQUISA SOBRE AMAZÔNIA

A história humana e da natureza⁴ são indissociáveis. Uma complementa a outra, trazendo assim o equilíbrio necessário para a sobrevivência de todos os seres vivos. Os feitos passados produzem suas conseqüências no presente e, é dessa forma que a natureza se

⁴ A natureza, tal como a interpretamos, é uma construção ideológica e permite inúmeras interpretações.

manifesta e se ajusta. É neste contexto que surge a História Ambiental, com o objetivo de procurar entender as relações que são estabelecidas entre o homem e a natureza e a natureza e o homem.

A História Ambiental nasceu, portanto de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não tinha uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetam esse ambiente e com que resultados (WORSTER, 1991, p. 119-200).

A História Ambiental no Brasil ainda é muito recente. Depois da Segunda Guerra Mundial, o mundo ainda vivenciou a Guerra Fria. Uma disputa entre os Estados Unidos e a então União Soviética – URSS que tinha por objetivo o controle hegemônico das relações capitalistas (Estados Unidos) e Socialistas (URSS) pelo mundo. Ao fim, as forças tecnológicas e do capital norte-americano sobressaíram-se.

Com seu fim, a humanidade viu-se a postos de novas expectativas, no campo das ciências e da tecnologia. “Na década de 1990 houve uma série de questionamentos, interrogações e exames de consciência sobre o trabalho dos historiadores e de como escrever a história após o término da Guerra Fria” (MARTINEZ, 2011, p. 24).

A partir de então foram empregados esforços para revisar e remodelar uma série de questões, entre elas a escrita da História. É neste contexto que surgem as primeiras inquietações que deram início ao estudo da história e do meio ambiente, ou seja, da História Ambiental.

A História Ambiental foi uma prática nova e despontou em cenário de mudanças profundas na vida social e cultural. Seria ela capaz de escapar a tantas incertezas e inseguranças? Toda história é, sempre, filha de seu tempo. A História Ambiental é mais do que a simples vontade e a intenção de conhecimento dos historiadores. Ela consiste na busca de respostas diante de uma realidade histórica e concreta na vida cotidiana no século XXI, precedida e marcada pelas problemáticas do meio ambiente surgidas nos últimos cinquenta anos. (MARTINEZ, 2011, p. 24).

Como afirma Donald Worster “A ideia de uma história ambiental começou a surgir na década de 1970, à medida que se sucediam conferências sobre a crise global e cresciam os movimentos ambientalistas entre os cidadãos de vários países” (1991, p.199). Estudar o meio ambiente, sua trajetória e usos ao longo do tempo tornou-se uma necessidade imediata para traçar metas futuras e resolver problemas ambientais do presente.

Inúmeras são as possibilidades de pesquisa no campo da História Ambiental. Por ser interdisciplinar corrobora com as Ciências Naturais e Humanas. É possível tratar das florestas, dos rios, das taxas de natalidade, dos aspectos da vida cotidiana, da cultura, das mudanças climáticas, enfim, o leque de pesquisa é bem estendido.

3.1 A História Ambiental e sua interdisciplinaridade

O que rege as relações entre o ser humano e a natureza é uma linha muito tênue que se configura por meio das relações de superioridade e supremacia humana sobre os recursos naturais, o que resulta no esgotamento destes recursos.

“A história ambiental, conforme praticada hoje em dia em alguns países como os EUA, França e Inglaterra, resulta de um projeto “reformista” de alguns historiadores. É uma reação a essa pressão de ajustar os ponteiros dos relógios dos dois tempos, o geológico (ou natural) e o social”. (DRUMONND, 1991, p.180).

O tempo social, marcado pelos relógios e calendários, fez com que o homem enxergasse a sua própria história a partir de um determinado tempo e de um espaço. O tempo, medido através da geologia, demonstra que o ser humano é só mais um ator, nesse mundo tão diverso. “Pode-se fazer história ambiental de períodos relativamente curtos. Mas sempre tendo em mente, ao menos como pano de fundo, a presença de grandes escalas na constituição dos fenômenos que estão sendo analisados” (PÁDUA, 2010, p.88).

Colocar o homem dentro da natureza é, também, entre outras atribuições tarefa do historiador ambiental. Como afirma Donald Worster “ainda estamos longe de controlar o ambiente ao nosso bel prazer” (1991, p.201).

Aqui basta lembrar que, como organismos, os seres humanos nunca conseguiram viver num isolamento esplêndido, invulnerável. Eles se reproduzem, é claro, como outras espécies, e os seus filhos sobrevivem ou morrem de acordo com a qualidade do alimento, do ar, da água, e com a quantidade de microorganismos que constantemente penetram em seus corpos. Dessas formas e de outras, os seres

humanos tem sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta. Portanto, qualquer reconstrução dos ambientes do passado tem que incluir não apenas as florestas e desertos, jiboias e cascavéis, mas também o animal humano e o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir. (WORSTER, 1991, p.206).

Considerar-se como parte integrante, e não como parte superior no mundo, faz com que comece a existir entre estes dois atores (homem e natureza) uma relação de reciprocidade. Partindo disto, a história ambiental produz inúmeros diálogos com as ciências naturais.

A geologia oferece uma visão mais alongada com relação à história do mundo, a climatologia oferece um panorama sobre as mudanças climáticas, as alterações do solo que determinam os rumos da agricultura, onde se concentra a química e a ecologia que determina as interações entre os organismos e o ambiente. “A agronomia e as engenharia florestal e a de minas são outros três campos muitas vezes citados nos estudos de história ambiental”. (DRUMONND, 1991, p.182).

Não se pode deixar de citar a importância da geografia para a história ambiental. “Os historiadores ambientais vem se apoiando em muitos geógrafos para chegar às suas conclusões” (WORSTER, 1991, p.213). Para fazer história ambiental é preciso aventurar-se pelas ciências naturais – e isso não significa estabelecer uma posição de hegemonia de uma ou de outra - para que, assim, exista uma interligação entre a história e o meio ambiente.

3.2 Características Metodológicas da História Ambiental

José Augusto Drumonnd (1991, p.181) traça algumas características metodológicas e analíticas da história ambiental, dividindo-as em cinco partes principais. Quais sejam: “a primeira delas é que quase todas as análises focalizam uma determinada região com identidade natural que pode se caracterizar como um território natural, um território árido” (1991, p.181).

Uma segunda característica é o diálogo com quase todas as ciências naturais, como citado acima. Isto possibilita “um entendimento dos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas”. (1991, p.181).

Um terceiro traço da história ambiental é “explorar as interações entre o quadro de recursos naturais úteis e inúteis e os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas”. (1991, p.182). Trata-se de identificar os recursos naturais presentes ou não na área a ser estudada. Neste estudo, o foco é no uso dos recursos naturais, especificamente do potencial

hídrico utilizado em prol da geração de energia por grupos privados e as consequências disto na área de estudo em questão.

A quarta característica a se considerar é “a grande variedade de fontes pertinentes ao estudo das relações entre as sociedades e o seu ambiente”. (1991, p.183). Para este estudo existem muitas fontes que tratam das Usinas Hidrelétricas de grande porte como as que existem no estado, sendo a Usina Hidrelétrica Rondon II, Samuel, Santo Antônio e Jirau. Estudos sobre PCHs também existem, porém, em menor quantidade.

A quinta e última característica da história ambiental é o trabalho de campo. “O trabalho de campo serve para identificar as marcas deixadas na paisagem pelos diferentes usos humanos, marcas essas que nem sempre constam de documentos escritos. Trata-se de ler a história da paisagem”. (1991, p.184-185).

A perspectiva de estudo de um ambiente que não pode ser chamado mais de natural é a emergência de nosso estudo. Analisar as mudanças físicas é tarefa, em grande medida, até fácil. Porém, analisar mudanças sociais e culturais é uma tarefa muito mais minuciosa e exige um estudo aprofundado e um longo tempo de dedicação à pesquisa do tema. Essa necessidade é imediata, como afirma Bertha Becker (2005, p.72), “Constitui um desafio para o presente, não mais um desafio para o futuro”.

Permanecem ainda pouco exploradas as relações históricas entre nossa sociedade e os rios, o extenso litoral e seus mangues, as florestas tropicais (como a Mata Atlântica e a Amazônia), as bacias hidrográficas e seu manejo através dos séculos, o uso dos vários tipos de energia, as práticas agropecuárias e seus impactos ambientais, a introdução e domesticação de espécies animais e vegetais, as atividades de mineração, a história das representações literárias, artísticas e intelectuais sobre a natureza, as relações entre os discursos e práticas ambientais e a construção nacional. (DUARTE, 2013, p. 09).

“A história ambiental apresenta-se, portanto, como uma narrativa poderosa, pois instrumentaliza o historiador para participar ativamente de um dos mais decisivos debates de nosso tempo, a questão ambiental”. (DUARTE, 2005, p. 09). Ao se observar a natureza como parte integrante de nosso ser, passa-se a perceber que “em todo e qualquer lugar, a natureza oferece aos humanos que ali vivem um conjunto flexível, mas limitado, de possibilidades de se manterem vivos” (WORSTER, 1991, p.206). O uso sustentável desses recursos garante a sobrevivência de ambos, podendo, assim manterem-se vivos.

A partir do momento que os recursos naturais, e neste caso específico a água, deixou de ser utilizada para subsistência e se tornou um meio de acumular riquezas, há um aumento e uma realidade sendo moldada para a extinção dos recursos que a natureza oferece e, conseqüentemente, para o fim da humanidade. “Nossa sobrevivência física depende de certas condições ambientais, como ar puro, água limpa, temperatura apropriada, disponibilidade de alimento, equilíbrio satisfatório das condições epidemiológicas” (DUARTE, 2013, p. 10).

Em que pese à questão ambiental: “A diferença, em relação ao contexto científico contemporâneo, é que o cenário sempre esteve em movimento, tendo a mudança ocorrido na percepção subjetiva dos atores.” (PÁDUA, 2010, p. 88). Essa percepção subjetiva precisa agora tornar-se objetiva. Iniciativas governamentais e da sociedade devem partir da teoria para a prática.

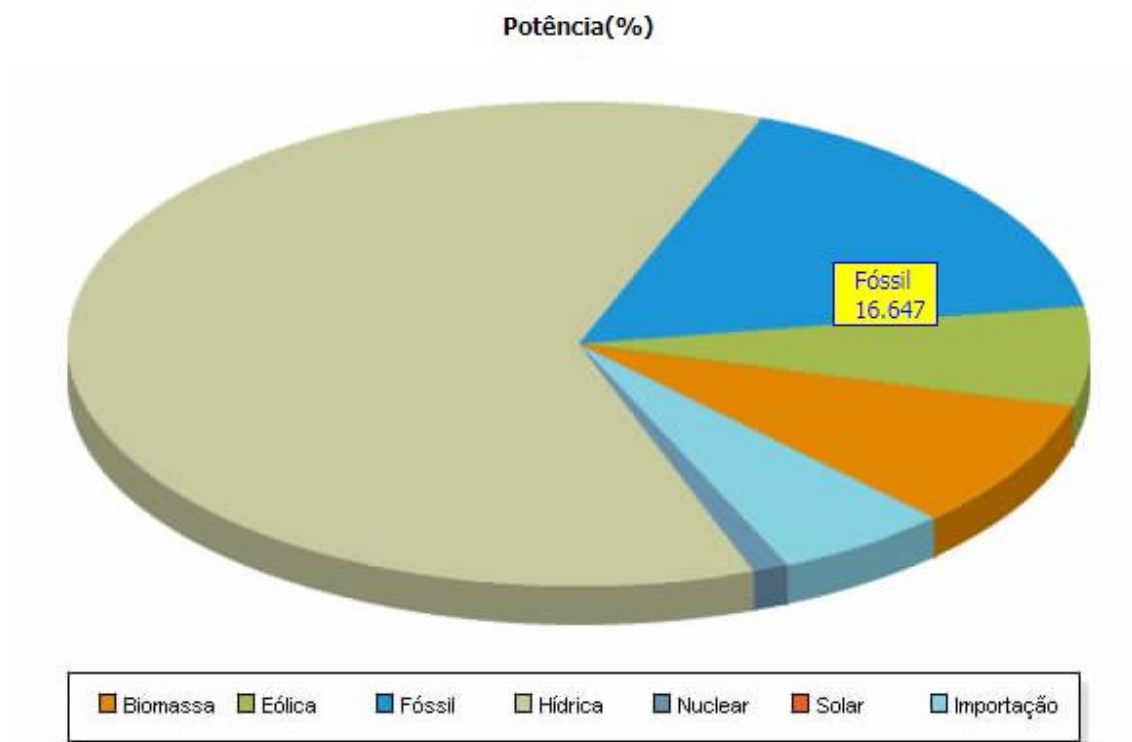
4 SUSTENTABILIDADE COM DESENVOLVIMENTO?

Utilizar instrumentos tecnológicos a favor do desenvolvimento sustentável seria uma das saídas para tentar mitigar os efeitos dos danos que já foram causados. O uso dessas ferramentas tecnológicas pode ser exemplificado tal como no uso de imagens de satélites para identificar áreas que estão sendo desmatadas ou queimadas. Ainda podem-se usar recursos tecnológicos nas análises morfológicas e fazer um planejamento estratégico que utilize determinada área de acordo com seu potencial natural, sem que haja uma interferência humana que a possa exaurir.

Precisamos adotar um enfoque mais concreto e realista para planejar nosso desenvolvimento como comunidade política de um país grande e variado. Um enfoque mais centrado na vida real, nos referenciais geoecológicos e geoeconômicos, do que em doutrinas econômicas abstratas (PÁDUA, 2009, p.149).

Deste modo, o estudo dos impactos socioambientais causados pela construção das PCHs é de fundamental importância, corroborando para criar medidas de expansão econômica sustentável (se é que isto é possível).

Só é possível perceber o quanto a questão ambiental é importante quando uma situação salta aos olhos. Aprender de maneira prática causa espanto, mas, ao longo de um determinado tempo de amadurecimento traz consigo inúmeras questões e visões de mundo diferenciadas.



Fonte: ANEEL. <http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm>.

A partir desse gráfico é possível observar que a fonte natural mais explorada é a hídrica, com total de 61%. No Brasil, ainda não existe a necessidade e nem se pensa de maneira a utilizar, em maior escala, fontes de energia menos agressivas ao meio ambiente, tais como a solar (8,73%) e a eólica (6,79%). Além do mais, como mostra o gráfico da ANEEL, o Brasil ainda importa 5% de energia de outros países, como Paraguai e Bolívia.

Para a realização desse estudo, contei também, com o que meus olhos observaram, em visita feita a algumas PCHs no município de Alta Floresta do Oeste. Porém, isso é tema para mais discussões em outra oportunidade. É chocante observar o meio físico como algo artificial, onde a natureza ainda luta para sobreviver através de seus restos de árvores que estão visíveis fora da água.

Pesquisar é uma arte que gera conhecimento e abre horizontes. No processo de pesquisa surgem diversas situações. É visível a preocupação estampada na cara de um funcionário que recebe uma equipe de pesquisadores que tem curiosidade em visitar os empreendimentos energéticos da região. E, é ainda mais visível quando se observa uma máquina desviando o curso de um rio tendo como trilha sonora explosões ao fundo, modelando mais uma PCH que trará consigo o “desenvolvimento”.

Sendo assim, fica bem marcado que nossa sociedade de espírito desenvolvimentista não consegue aliar desenvolvimento com sustentabilidade. A marca teórica a respeito dessa intenção é a mais bem dotada possível das melhores intenções, porém, ao partir para as práticas percebe-se que tudo não passa da teoria (que são muitas).

É interessante que a própria nomenclatura da palavra desenvolvimento sustentável se tornou uma só, quando na verdade precisam ser consideradas separadamente. Se falarmos em desenvolvimento em primeiro plano, isso já denota que este quesito é o mais importante, é o principal. Mas, se invertermos e pensarmos em sustentabilidade em primeiro plano vamos ter uma dimensão diferente e, ao menos, indagar-nos com mais ímpeto sobre o que é realmente sustentável.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História Ambiental é um instrumento poderoso para se pensar diversas realidades, haja vista que nossa troca com a natureza é perene. Necessitamos dela para sobreviver. O foco desta pesquisa foi demonstrar o quanto a História Ambiental pode contribuir para o estudo das mais diversas questões no Estado de Rondônia.

É de fundamental importância, frisar também, que a História precisa manter diálogo ativo com outras disciplinas do conhecimento e o caminho inverso também precisa acontecer.

As questões ambientais - agora falo de maneira bem geral - precisam de maior atenção, pois, a Natureza dá sinais, e nós, na maioria das vezes, pelo nosso egocentrismo, não conseguimos enxergar, ou simplesmente ignoramos sua substancial importância para nossa sobrevivência.

O aprofundamento dessa temática trará benefícios para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral, afinal são estes, os maiores envolvidos nas consequências desse desenvolvimento dirigido, que está em curso dentro do Estado (sem me atrever a falar em nível de Brasil) por grandes grupos econômicos e políticos.

Neste estudo, a pretensão não era exaurir o tema, pois isto não está ao alcance. Com essa pesquisa, foi possível suscitar inúmeras inquietações e investigações que possibilitarão um estudo mais aprofundado a respeito do tema.

O resultado desta pesquisa é propriamente bibliográfico e analítico. Leituras sobre a História Ambiental perpassam todos os momentos da pesquisa. Com o vasto levantamento

bibliográfico foi acumulada informação que irá subsidiar pesquisas futuras, mais aprofundadas.

A partir da leitura de artigos, monografias e livros, foi possível notar que existem impactos irreversíveis que são causados na sociedade local e no meio ambiente, que é parte deste tipo de projeto desenvolvimentista que ainda ocorre dentro do estado de Rondônia.

Como o sistema brasileiro de incentivo ao desenvolvimento só funciona de forma arbitrária, pode-se afirmar que não resta dúvidas quanto ao impacto gerado por esses empreendimentos. Se não houvesse impacto, essa palavra nem seria usada, pois, por si só, denota que houve sim, mudanças no ecossistema inicial.

Toda paisagem é reflexo da relação que os homens estabelecem com a natureza e, conseqüentemente, a natureza com os homens. Neste cenário, o meio ambiente, busca suas forma de se restabelecer e pune seus agressores das piores maneiras possíveis.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Antônio Carlos do Amaral. **Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos**. 3ªed.ampl. e atualizada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Disponível em <
<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoCapacidadeBrasil.cfm> >.
Acesso em 20 de Junho de 2016.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2011, 7ª edição.

BELLEN, Hans Michel van. **Indicadores de Sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Revista Estudos Avançados 19 (53), 2005.

DRUMMOND, José Augusto. **A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p.177-197.

DUARTE, Regina Horta. **Scheherazade tropical: narrativas e diálogos da história ambiental no Brasil**. Conferência no XXVII Simpósio da ANPHU (2013) em Natal.
_____. **História e Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 112p.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História Ambiental: um olhar prospectivo**. Cadernos de Pesquisa do CDHIS. Revista do Centro de Documentação e Pesquisa em História – CDHIS. Instituto de História. Programa de pós-graduação em História. Uberlândia, v.24, n.1, jan/jun.2011. p. 23 – 35.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>. Acesso em 10 de Maio de 2016.

NETO, Antônio Alves da Silva Marrocos; MORET, Artur de Souza. **Contribuição técnica, econômica e ambiental das PCHs no sistema elétrico de Rondônia**. Revista Espaço Energia. Número 09, 2008.

NAVAL, Liliana Pena; PARENTE, Temis Gomes (Orgs). **Impactos socioambientais: o desafio da construção de hidrelétricas**. Goiânia: Cãnone Editorial, 2009.

PÁDUA, José Augusto (org). **Desenvolvimento, justiça e meio ambiente**. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009. P. 118-150.

_____. **As bases teóricas da história ambiental**. Revista Estudos Avançados 24 (68), 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RODRIGUES, Denise Pereira. **Os Impactos Socioambientais causados pelas PCHs no município de Alta Floresta do Oeste: Uma visão dos Indígenas e Ribeirinhos**. Monografia. Universidade Federal de Rondônia – Unir, 2015.

SOUZA, Maurício Silva de. **A desconstrução ideopolítica da competência do estado de Pernambuco na construção dos projetos de desenvolvimento**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2013. 156 p.

SILVA, Maria Aparecida da. **As migrações e a diversidade cultural em Rolim de Moura a partir da década de 1970e 1980**. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Fundação universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015. 140 p.

SILVA, Valtir Pereira da; ZUFFO, Catia Eliza. **Diagnóstico da Bacia Hidrográfica do Rio Branco, compreendendo o alto e médio curso, na região sudeste de Rondônia**. Presença Revista de Educação, Cultura e Meio Ambiente. Maio, nº26, Vol. VII, 2003.

WORSTER, Donald. **Para fazer História Ambiental**. Tradução de José Augusto Drummond. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 198-215.

Recebido para publicação em setembro de 2017

Aprovado para publicação em setembro de 2017